
**TERRITÓRIO E IDENTIDADE: APONTAMENTOS SOBRE A (I)MIGRAÇÃO
UCRANIANA NO CENTRO DO ESTADO DO PARANÁ (1895-1960)**

**TERRITORY AND IDENTITY: NOTES ABOUT THE UKRAINIAN (I)MIGRATION
IN THE CENTER OF THE PARANÁ STATE (1895-1960)**

*Leandro Domingos Luz**
*Fábio André Hahn***

- | -

Esta nota de pesquisa reflete resultados parciais obtidos no corolário do projeto intitulado O Processo de Colonização do Município de Nova Tebas – Paraná (1930-1960): formação e a configuração das relações de poder.¹ Por meio desse processo, buscamos compreender as territorialidades (materiais e imateriais) construídas na apropriação, produção e dominação do espaço geográfico pelos grupos sociais migrantes que se dirigiram para essa região. Haja vista que essa região foi palco do encontro das diversas correntes migratórias que se formaram no interior do Estado do Paraná entre os anos de 1940 e 1950, proporcionando o encontro de diferentes grupos, uns vindos do norte, como mineiros, paulistas, nordestinos (principalmente baianos, potiguás, pernambucanos e cearences), e outros vindos do sul do país, como gaúchos e catarinenses descendentes de europeus, bem como descendentes de ucranianos vindos do sul paranaense.

Nesse sentido, entendemos ser pertinente uma investigação histórica para compreendermos como foram formadas as relações de poder entre os grupos migrantes e, da mesma forma, a construção dos seus respectivos territórios. Entendemos que o conceito de território se apresenta, na contemporaneidade, como um conceito-chave para entender as dinâmicas socioespaciais que se processam em nossa vida cotidiana, sejam elas de ordem econômica, política ou cultural (RAFFESTIN, 1993). Assim, investigamos os territórios e as territorialidades (i)materiais construídas pelos imigrantes ucranianos nas antigas colônias federais, fundadas no final do século XIX e início do século XX ao sul do estado do Paraná como parte da pesquisa proposta acima. Uma vez que os imigrantes e seus descendentes preservaram as características culturais e econômicas da sua terra natal e, da mesma forma, aderiram a algumas características culturais da população local, isso manifesta as continuidades, as discontinuidades e as diferentes temporalidades do território. Características básicas dos processos de desterritorialização e re-territorialização (SAQUET, 2010), seja no processo imigratório da Ucrânia (Galícia) para o Brasil ou na migração para a ocupação efetiva no centro do estado.

Em um primeiro momento discutiremos os principais conceitos que articulam o esse texto, principalmente no que tange a concepção de território e

da mesma forma as possibilidades de articulação com o conceito sociológico de Norbert Elias – configuração social. Em seguida, explanaremos os condicionantes do processo imigratório de ucranianos para o Brasil, os motivos que levaram à desterritorialização e à migração para a região central paranaense.

- II -

A nossa conjugação teórica-metodológica entende o processo migratório como uma relação entre espaço-tempo-território, tal como propõe Saquet (2010) ao estudar o(s) tempo(s) e o(s) território(s) da imigração no sul do Brasil, pois assim somos capazes de compreender a produção territorial de maneira multidimensional (política, economia e cultura), transtemporal, uma vez que os tempos se misturam, num jogo coexistente entre temporalidades passadas, presentes e futuras, e, também, multiescalar, pois as redes em que participamos e efetivamos são locais, regionais, nacionais e internacionais.

Corroboramos o entendimento de Raffestin (1993), de que o espaço é anterior ao território. O território é produzido pela ação de um ator sintagmático que, de certa forma, “territorializa” o espaço mediante a ação das relações de poder. Raffestin evidencia que o território não é formado apenas pela ação sistemática do Estado, mas que é formado também pelas diversas relações de poder que são produzidas na vida cotidiana².

Haesbaert (1998) destaca a participação simbólico-cultural-identitária na formação do território decorrente do processo migratório, propondo definir o território (ou as suas distintas manifestações) considerando [...] as formas e as intensidades com que se apresenta a relação indissociável entre a sua dimensão predominante material, político-econômica” com “a sua dimensão mais imaterial, simbólico-cultural (manifestada pela coesão e o poder simbólico da identidade territorial por ele vinculada)

Como estamos tratando do território e das territorialidades formadas a partir do processo migratório de (i)migrantes ucranianos e seus descendentes, obrigatoriamente temos que conceber o território enquanto território-rede, uma vez que o processo de territorialização-desterritorialização-reterritorialização (TDR), tal como proposto por Raffestin (1993), às vezes se comporta sem uma unidade espacial, ou seja, o processo se encontra fragmentado no espaço geográfico, assim necessitam das redes (mesmo que imateriais) para a sua articulação (HAESBAERT, 1998).

Saquet (2007) salienta que, no processo de DTR, não há uma ruptura completa do antigo território, portanto,

O velho é re-criado no novo, num movimento concomitante de descontinuidade e continuidade. A continuidade ocorre na não-mudança e, na própria descontinuidade, que contém, em-si, elementos do momento e da totalidade

anteriores. Com isso, o *velho* não é eliminado, mas superado, permanecendo, parcialmente, no *novo* [...]. Há, aí, uma destruição criadora, presente, lenta e veloz, multiforme, às vezes explícita e às vezes implicitamente (SAQUET, 2007, p. 71).

Quando os imigrantes ucranianos foram desterritorializados na Europa, por motivos econômicos, políticos e culturais, e “re-territorializados” no estado do Paraná, reproduziram no Brasil elementos culturais e econômicos de seu país de origem e, ao mesmo tempo, foram aderindo às novas práticas econômicas e ao modo de vida dos habitantes que habitavam o novo território³.

Da mesma forma, os sentimentos de identidade e de pertencimento ao grupo são importantes para entender a formação processual e histórica das territorialidades (re)produzidas no bojo do processo migratório. A explicação disso é que, a partir da identidade cultural das famílias ucrânia-brasileiras e das relações sociais de poder em um determinado espaço, surge, necessariamente, uma territorialidade dessas relações. Dessa forma, o território é visto por nós com uma visão integradora entre a sua dimensão material, constituída pela própria relação entre sociedade e natureza, e a sua dimensão simbólico-cultural, marcada pela produção das territorialidades pelos agentes sociais. Desse modo, Souza (2008) salienta que:

Aqui, o território será um *campo de forças*, uma *teia* ou *rede de relações sociais* que, a par de sua complexidade interna, define, ao mesmo tempo, um *limite*, uma *alteridade*: a diferença entre “nós” (o grupo, os membros da coletividade ou “comunidade”, os *insiders*) e os “outros” (os de fora, os estranhos, os *outsiders*) (SOUZA, 2008, p. 86, grifos do autor).

Nesse sentido, ao passo em que o processo migratório é consolidado, os sentimentos de pertencimento ao grupo – identificado pelas afinidades culturais – e o poder exercido pelas famílias ali estabelecidas criam uma nova configuração social que é “defendida” daqueles que, em sua visão, possam desestabilizar a ordem estabelecida, sentimento perpetuado dentro dos limites da comunidade.

Considerando o território não apenas como palco ou substrato de um ator, mas como fruto e resultado das relações sociais, desta forma, o conceito de figuração, exposto por Elias (2006), pode contribuir nessa discussão, já que esse conceito é fundamentado no binômio indivíduo-sociedade, enquanto componentes indissociáveis de uma mesma estrutura social.

Para Elias, “**socialização e individualização** de um ser humano são, portanto, nomes diferentes para um mesmo processo. Cada ser humano assemelha-se aos outros, e é, ao mesmo tempo, diferente de todos os outros” (2006, p. 26). A partir da figuração interna dos indivíduos, forma-se a identidade

individual e coletiva dos sujeitos sociais, ou seja, o indivíduo constrói um território próprio e participa de outros territórios, compondo uma multiterritorialidade em sua vida social. Em outro momento, Elias salienta que “*Os seres humanos, em virtude de sua interdependência fundamental uns dos outros, agrupam-se sempre na forma de figurações específicas*” (2006, p. 26). Assim dá a cada comunidade e indivíduo uma especificidade, um território diferente. Setton (2004) salienta que, “*para Norbert Elias, não há identidade-eu sem identidade-nós. Neste sentido, Elias afirma a forte e estreita correspondência entre a identidade individual e a identidade dos grupos*” (2004, p. 33). A relação entre indivíduo e sociedade é modificada à medida que as estruturas sociais passam por mudanças, portanto a psicogênese da sociedade é modificada ao longo do tempo. No mesmo sentido, Almeida (2009), citando Hall (2003), assevera que “*as identidades concebidas como estáveis e sedimentadas não existem. As migrações [...] diversificam as culturas, pluralizam as identidades culturais por toda parte*” (ALMEIDA, 2009, p. 191).

Após essa aproximação conceitual, iremos expor os condicionantes geopolíticos e econômicos que incentivam o desencadeamento do processo de imigração ucraniana para o Brasil, em especial para o Estado do Paraná, da mesma forma identificando os motivos culturais e econômicos que desencadearam o processo de desterritorialização desses imigrantes na Europa.

- III -

Em 1882 foram fundadas as colônias militares de Chapecó e Chopim, no sudoeste paranaense, como forma de garantir a soberania brasileira nesse território, dado o interesse argentino por essas terras, na chamada *Questão de Palmas*. Uma das iniciativas para a comunicação dessa área com a capital foi a construção da ferrovia ligando Paranaguá a Curitiba e de lá até Porto Amazonas, onde o Rio Iguazu passa a ser navegável, indo em direção a Palmas. No trecho entre Porto Amazonas e União da Vitória, nesse período, não havia nenhum núcleo populacional (WACHOWICZ, 2002).

A partir de 1890 inicia-se a construção de colônias agrícolas, já no governo republicano, e a alocação de imigrantes, principalmente de origem ucraniana e polonesa, na margem direita do Rio Iguazu, já que a margem esquerda estava em disputa com a vizinha província de Santa Catarina. Surgiram então as colônias de São Mateus (1890), Água Branca (1891), Santa Bárbara (1891), Palmira (1891), Rio Claro (1891), Eufrosina (1892), General Carneiro (1892), Canta Galo (1892), Antonio Olinto (1892), Prudentópolis (1896), Mallet (1896), Senador Corrêa (1907), Ivaí (1907), Irati (1908), Vera Guarani (1909) e Cruz Machado (1910) (WACHOWICZ, 2002).

Os ucranianos (também chamados de *rutenos*⁴) formaram, no século XIX, o segundo maior grupo eslavo a emigrar para o Brasil, ficando atrás apenas dos poloneses. Boruszenko (1995) salienta que esses imigrantes são chamados

para criar, no Brasil Meridional, uma agricultura de subsistência, para abastecer os grandes centros urbanos, além de fornecer trabalhadores qualificados para grandes obras públicas no Paraná, como a construção da linha telegráfica Foz do Iguaçu-Paranaguá; estradas de rodagem de Ponta Grossa a Guarapuava e, posteriormente, a linha férrea São Paulo-Rio Grande do Sul.

Os fatores de repulsão populacional no Leste Europeu foram bastante intensos. A Galícia era – à época – a região mais populosa do Império Austro-Húngaro, com cerca de 5 milhões de habitantes. Nessa região,

os poloneses representavam 40% e os rutenos outros 40%. A população restante dividia-se majoritariamente entre judeus e alemães. Os poloneses concentravam-se na Galícia Ocidental, onde eram tanto proprietários de terras quanto camponeses. Já, na Galícia Oriental, ainda que em minoria, constituíam a nobreza detentora das terras (ANDREAZZA, 1999, p. 17).

Mesmo com o fim das relações feudais, efetivadas legalmente na esteira das revoluções de 1848, a servidão ainda era uma memória poderosa entre os *rutenos*, isso impulsionou a emigração/desterritorialização desse povo, na sua tentativa de serem *senhores de si mesmos*.

Andreazza (2008) salienta as características econômicas dessa região no período de emigração para o Brasil.

Essa província era predominantemente rural e ligada à produção agrícola familiar. Cada uma de suas regiões, e, mais especificamente, cada aldeia experimentava a modernização em ritmos diferentes em função da temporalidade própria de cada um dos agentes modernizantes e das contradições sociais decorrentes. De fato, naquele tempo, os galicianos viviam segundo formas ancestrais que apenas então passavam por um processo de desestabilização. Por isso mesmo, em meados da década de 1890, quando emigraram para o Brasil, trouxeram uma visão de mundo essencialmente camponesa e tradicional (ANDREAZZA, 2008, p.3).

Nesse breve trecho ficam claras as continuidades presentes no processo imigratório, uma visão tradicional, com forte vínculo a terra, sobre as dificuldades encontradas na Europa e a possibilidade de uma vida melhor em terras brasileiras.

No Brasil, a vinda desse grupo é impulsionada pelo governo republicano e fixaram-se principalmente no segundo planalto paranaense, nas proximidades das escarpas da Serra da Esperança ou da Serra Geral. Após alguns anos no Brasil, pela escassez das terras disponíveis para agricultura devido à grande *prole* e à pequena propriedade destinada a cada família,

entorno de 10 alqueires, migraram para o interior do estado, desbravando o centro do estado, aproveitando a abertura no início do século XX da Estrada da Boiadeira, que tinha por finalidade a ligação terrestre com o Mato Grosso.

Hauresko (2001) salienta as dificuldades que os imigrantes ucranianos passaram no início da nova vida no Brasil,

Na região [de Prudentópolis] os novos imigrantes fizeram as suas roças, plantando milho caboclo, trigo, cevada e centeio europeus, arroz e café brasileiros e, nas hortas próximas à morada, uma rica variedade de verduras e flores para enfeitar as moradias. Começaram, então, os colonos a construir as suas casas. Eram a princípio uma combinação esquisita de humildes vivendas européias com as choupanas caboclas. [...]. O início da vida dos imigrantes foi bastante dura, sem falar na língua, desconhecendo os costumes locais e no meio de estranhos. Muitas vezes, os imigrantes passaram fome, sofreram doenças e discriminação (HAURESKO, 2001, p. 7).

Nesse breve trecho podemos perceber as características básicas do processo de desterritorialização e reterritorialização dos imigrantes ucranianos no Paraná, pois, apesar de manterem as características econômicas e culturais da sua terra natal, foram forçados a aderirem a algumas práticas nacionais (aculturados). Assim, os territórios e as territorialidades produzidas no Brasil possuem as características do *novo* e do *velho* coexistindo na mesma área.

Em outro momento, a mesma autora supracitada salienta que *“todas essas dificuldades resultaram na união e no estabelecimento em comunidades, porque somente dessa forma seria possível a sobrevivência, através da interação social”* (HAURESKO, 2001, p. 77). Essas dificuldades impulsionaram a aproximação dos imigrantes, levando em conta a sua identidade cultural comum e com a vinda da Igreja Ucraniana Católica, essa união foi reforçada com a religiosidade do povo, sendo uma das causas da “conservação” da cultura ucraniana no Paraná, expressada no uso cotidiano do idioma ucraniano nas celebrações religiosas, demonstrando as imaterialidades dos territórios formados no Paraná.

As Igrejas ucranianas apresentam-se como uma peculiar representação da cultura do povo ucraniano. A Igreja de rito oriental, com estilo arquitetônico bizantino, foi implantada no Brasil pelos primeiros imigrantes galicianos, pois não dominavam o português e sentiam a necessidade das manifestações religiosas de sua terra natal.

Com a migração dos descendentes ucranianos para a região central do território paranaense, as igrejas desse rito se multiplicaram, podendo ser consideradas verdadeiras “fortalezas” da cultura ucraniana no estado. Essas igrejas formam os nós e as malhas no território da colonização ucraniana, já que são a base para a fluidez do território.

A inserção da Igreja Católica de rito oriental no Brasil deu importantes contribuições à conservação da cultura ucraniana, como costumes, tradições e, principalmente, a língua ucraniana, presentes até hoje nas colônias ao sul do estado e também presente nas colônias da região centro-norte do Paraná, área a que se dedica o nosso foco analítico. Assim, consideramos como colônia ucraniana a comunidade ao entorno dessas igrejas de rito oriental.

- IV -

A primeira tentativa de colonização no centro do Estado do Paraná ocorre ainda antes da emancipação política do Paraná. Em 1847, o tropeiro João da Silva Machado (futuro barão de Antonina), que foi responsável, também, pela imigração de “alemães-russos” do Volga para Rio Negro nas margens do Rio Iguaçu, foi encarregado pelo governo imperial para tentar uma comunicação terrestre/fluviial com a vizinha província de Mato Grosso. Assim, como salienta Wachowicz (2002), ele *“atraiu para as margens do rio Ivaí, em pleno sertão paranaense, as atenções do filantropo suíço João Mauricio Faivre. Este fundou na margem do Ivaí a colônia Teresa e para lá conduziu dezena de imigrantes franceses”* (WACHOWICZ, 2002, p. 146). Ocorreu, porém, que *“os resultados dessa colônia não foram satisfatórios. Permaneceram ali apenas 10 dos 87 imigrantes para lá encaminhados”* (Idem, 2002, p. 146).

A tentativa de ligação entre os campos de Guarapuava com a vizinha província de Mato Grosso é então recomeçada no ano de 1918, quando o sr. Manuel Mendes de Camargo consegue a concessão do governo para melhorar as condições do “picadão”, que havia sido aberto por expedicionários guarapuavanos nos anos de 1880/1881, almejando a criação de bovinos nos campos do Mourão. Esse picadão depois ficou conhecido como Estrada da Boiadeira (ONOFRE, 2005).

Segundo Teixeira⁵ (2001 apud ONOFRE, 2005, p. 57), *“inicialmente a ‘Estrada Boiadeira’ foi elaborada partindo de Guarapuava em direção a Pitanga, numa extensão de 103 km, percorrendo mais 132 km até a localidade de Campo Mourão, seguindo mais 125 km até as barrancas do rio Paraná, totalizando aproximadamente 60 léguas”*.

A construção da Estrada da Boiadeira foi de fundamental importância para a ocupação efetiva do centro do estado do Paraná. Os trabalhadores que abriram a estrada logo se apossaram de um lote de terra e iniciaram a criação de “safras”⁶ para comercializar em Ponta Grossa e a praticar a agricultura de subsistência. A migração de descendentes de ucranianos na década de 1940 já alcançava a região de Campo Mourão e de Araruna.

No centro do Estado do Paraná, vários municípios tiveram a participação direta dos imigrantes ucranianos em sua formação territorial, material e simbólica. São eles: Pitanga, Santa Maria do Oeste, Boa Ventura de São Roque, Palmital, Laranjal, Mato Rico, Nova Tebas, Cândido de Abreu, Roncador, Nova Cantu, Juranda, Mamborê, Farol, Araruna e Campo Mourão.

A partir desses apontamentos históricos sobre a imigração ucraniana no Paraná podemos traçar, no decorrer da pesquisa, algumas linhas identitárias que caracterizam os descendentes de ucranianos por meio da evidência oral, uma vez que a identidade cultural possui impactos importantes na construção das relações de poder no município de Nova Tebas, local a que dedicamos nosso foco analítico.

Devido à sua afinidade cultural, os imigrantes e os descendentes de ucranianos sempre mantiveram relações comunitárias muito estreitas. Fizeram-no como forma de salvaguardar a sua cultura e religião e, assim, as relações de poder sempre foram intensas, provocando, de certa forma, alteridades com membros de outra origem étnica, primeiramente com os poloneses e, depois, com os caboclos brasileiros, análise que pretendemos aprofundar no decorrer da pesquisa.

Notas

* Acadêmico do curso de Licenciatura Plena em Geografia da Faculdade Estadual de Ciências e Letras de Campo Mourão (Fecilcam). E-mail: leandroluz07@gmail.com.

** Professor Adjunto do curso de História da Faculdade Estadual de Ciências e Letras de Campo Mourão (Fecilcam). E-mail: fabioandreh@gmail.com.

¹ Projeto de pesquisa vinculado ao Grupo de Pesquisa “*Cultura e Relações de Poder*”, cadastrado junto ao CNPq.

² Raffestin (1993) considera que não há apenas o território dominado pelo Estado (Poder com “p” maiúsculo, exercido pelo Estado-nação no controle do seu território), mas também o território formado pelas relações sociais (poder com “p” minúsculo, exercido pelas instituições sociais, econômicas ou culturais, que se processam em nosso cotidiano). Ele define a interação entre esses poderes como *Sistema Territorial*.

³ Entre as práticas adotadas estão o cultivo do milho, de feijão e da erva-mate, bem como atividades e o modo de vida dos caboclos que viviam no interior do Paraná, o que Léo Waibel chama de “caboclicização”. Recomendamos a leitura de WAIBEL, Léo. Princípios da colonização européia no Sul do Brasil. **Revista Brasileira de Geografia**, v. 11, n. 2. 1949.

⁴ Ao emigrar, esse grupo se auto-designava *rusyny*, rutenos. Por volta do final do século XIX, os rutenos galicianos passaram a favorecer a adoção de um novo nome nacional: ucranianos, que finalmente prevaleceu (ANDREAZZA, 2008).

⁵ A obra citada é TEIXEIRA, Murilo Walter. **Estrada da boiadeira**. Guarapuava: Monjolo, 2001.

⁶ As *safras* eram as criações de porco em meio à mata recém-derrubada, sendo comercializadas pelos *safristas* até Ponta Grossa para serem abatidos nos frigoríficos e depois a carne era enviada de trem até São Paulo (informações obtidas com os entrevistados).

Referências

ALMEIDA, Maria Geralda de. Diáspora: viver entre-territórios. E entre culturas? In: SAQUET, Marcos Aurélio; SPOSITO, Eliseu Savério (Orgs.). **Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos**. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

Revista NUPEM, Campo Mourão, v. 3, n. 4, jan./jul. 2011

ANDREAZZA, Maria Luiza. Uma herança camponesa: moradia e transmissão patrimonial entre imigrantes ucranianos (Brasil, 1895-1995). **Nuevo Mundo Mundos Nuevos** (revista eletrônica), número disponível em: <<http://nuevomundo.revues.org/20822>>. Acesso em: 11 nov. 2010.

BORUSZENKO, Oksana. Os ucranianos. **Boletim Informativo da Casa Romário Martins**. 2. ed. Curitiba, PR: Fundação Cultural de Curitiba, v. 22, n. 108, out. 1995. VII.

BURKO, Valdomiro. **A imigração ucraniana no Brasil**. 2. ed. Curitiba: OSBM, 1963.

ELIAS, Norbert. **Escritos e ensaios: Estado, processo e opinião pública**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.

HAESBAERT, Rogério. A noção de rede regional: reflexões a partir da migração "gaúcha" no Brasil. **Território**, ano III, n. 4, jan./jun. 1998.

HAURESKO, Cecília. **Fumo e êxodo rural – transformações sócio-espaciais nas comunidades rurais de agricultores ucraniano-brasileiros em Prudentópolis – PR**. 2001. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal do Paraná, Curitiba.

ONOFRE, Gisele Ramos. **Campo Mourão: colonização, uso do solo e impactos sócioambientais**. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2005.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993.

SAQUET, Marcos Aurélio. As diferentes abordagens do território e a apreensão do movimento e da (i)materialidade. **Revista Geosul**, Florianópolis, v. 22, n. 43, jan./jun. 2007.

_____. O(s) tempo(s) e o(s) território(s) da imigração no sul do Brasil. In: SPÓSITO, Eliseu Savério; BOMTEMPO, Denise Cristina; SOUSA, Adriano Amaro de. (Orgs.). **Geografia e migração: movimentos, territórios e territorialidades**. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

SETTON, Maria da Graça Jacintho. **Rotary Club: habitus, estilo de vida e sociabilidade**. São Paulo: Annablume, 2004.

SOUZA, Marcelo Lopes de. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo César da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato (Orgs.). **Geografia: conceitos e temas**. 11. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.

WACHOWICZ, Ruy. **História do Paraná**. 10. ed. Curitiba: Imprensa Oficial do Paraná, 2002.

Recebido em: fevereiro de 2010.

Aprovado em: maio de 2010.